

As escolhas profissionais femininas em cursos técnicos de nível médio

Fernanda Greschechen¹, Elizabete Tamanini²

Resumo:

Este artigo é resultado de pesquisa teórica e empírica contida em uma dissertação de mestrado que trata sobre a inserção feminina em cursos de educação profissional. Partindo da hipótese de que a divisão sexual do trabalho pode interferir nas escolhas profissionais, o presente texto teve duplo objetivo: a) identificar as escolhas profissionais realizadas por estudantes ingressantes em cursos técnicos de nível médio (Mecânica, Eletroeletrônica e Enfermagem); b) compreender a influência da condição sexista do trabalho, sobretudo nas escolhas profissionais femininas. Para alcançar tais objetivos, foi realizado mapeamento de matrículas em uma escola de educação profissional pública, no período de 2011 a 2015, no município de Joinville (SC). Os dados analisados revelaram características da divisão sexista do trabalho, especialmente nos cursos de oferta concomitante e subsequente. Nos cursos de oferta integrada, esse padrão é alterado, ao evidenciar números superiores de matrículas femininas, denotando, dessa forma, o caráter multideterminado das escolhas profissionais.

Palavras-chave: educação profissional; trabalho; divisão sexual do trabalho; escolhas profissionais.

1 Possui graduação em Pedagogia (Habilitação Educação Infantil) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2006) e Mestrado em Educação pela UNIVILLE (2017).

E-mail: nandagre@gmail.com

2 Professora e pesquisadora, doutorado em Educação com enfoque nas áreas: Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual de Campinas/SP (2001).

E-mail: btamanini@gmail.com

Women's occupational choices in technical courses at high school

Fernanda Greschechen, Elizabete Tamanini

Abstract:

This article is the result of a theoretical and empirical investigation from a Master's dissertation that discusses the female insertion in professional education courses. Assuming that the gender distribution of work is capable of affect occupational choices, the essay has double objective: a) identify the occupational choices made by new students of technical courses at high school (Mechanics, Electro-electronics and Nursing); b) comprehend the influence of the sexist working condition, mainly on the women's occupational choices. In order to achieve these objectives, an enrollments mapping was made in a public professional education school, from 2011 to 2015, in Joinville city, Santa Catarina, Brazil. The analyzed data revealed characteristics of the sexist distribution of work, especially in the courses of concomitant and subsequent offers. In the integrated-offer course, the pattern suffers modification, since it highlights the higher numbers of female enrollments, indicating, that way, the multidetermined nature of the occupational choices.

Keywords: professional education; occupation; gender distribution of work; occupational choices.

1 Introdução

Frequentemente, características como fragilidade, fraqueza e sensibilidade (em detrimento da razão) são atribuídas às mulheres, herança presente na sociedade ocidental, na medida em que o patriarcado preserva relações hierárquicas entre os homens, estabelecendo e mantendo o controle sobre as mulheres (HARTMANN, 1979, *apud* SAFFIOTI, 2015), promovendo, dessa forma, a opressão feminina. Para auxiliar nesse entendimento, Osterne e Silveira (2012, p. 103) afirmam que essas e outras características são naturalizadas e aceitas socialmente e podem ser compreendidas como “[...] mecanismos de propagação da ideologia machista e patriarcal”, pois “[...] constroem, solidificam e naturalizam as desigualdades entre homens e mulheres”. Esse ideário social construído acaba determinando até mesmo as profissões que seriam mais adequadas ao destino “natural” de mulheres e homens, evidenciando características da divisão sexual do trabalho.

Com base nessas considerações, este trabalho objetiva: a) identificar as escolhas profissionais realizadas por estudantes ingressantes em cursos técnicos de nível médio³ (Mecânica, Eletroeletrônica e Enfermagem); b) compreender a influência da condição sexista do trabalho, sobretudo nas escolhas profissionais femininas.

Inicialmente, este artigo elabora uma reflexão no tocante ao conceito de trabalho e à divisão sexual do trabalho, com um olhar para a constituição das escolhas profissionais. Em seguida, traz uma breve contextualização histórica sobre o início da preocupação com a educação profissional da mulher. Procura-se ainda refletir acerca da influência dos movimentos hegemônicos brasileiros na educação e no trabalho feminino. Para finalizar, o texto analisa os dados coletados referentes aos cursos técnicos de nível médio de uma escola de educação profissional pública, no período de 2011 a 2015, relativos à distribuição do número de matrículas de homens e de mulheres, buscando identificar se as escolhas profissionais estão condicionadas ao ideário social construído em torno da imagem feminina e à divisão sexual do trabalho, verificando os possíveis fatores que podem contribuir para as escolhas profissionais feitas.

2 Trabalho, divisão sexual do trabalho e escolhas profissionais

No tempo presente, a sociedade vive modificações importantes, sobretudo aquelas que se referem aos modos de produção. Nesse contexto, novas formas de viver e de se relacionar são ditadas, ações são justificadas e a competitividade é imposta como essencial para o avanço da sociedade. O modelo de economia neoliberal enseja o livre mercado e um capital sem regulamentação, impedindo “[...] as imensas possibilidades do avanço científico de qualificar a vida humana em todas as suas dimensões, inclusive

3 A educação profissional técnica de nível médio prevê que a forma de oferta dos cursos poderá ser realizada de maneira articulada (ofertas integrada e concomitante ao ensino médio) ou subsequente ao ensino médio (em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio).

diminuindo exponencialmente o tempo de trabalho necessário à reprodução da vida biológica e social e dilatando o tempo livre – tempo de liberdade, fruição, gozo” (FRIGOTTO, 2001, p. 72).

Nesse panorama, ocorrem a precarização do trabalho e a ampliação do desemprego, responsabilizando individualmente as pessoas pelo não “ajustamento” às regras impostas por esse modelo econômico. Por essas razões, desqualifica-se o trabalho em seu sentido ontológico, ou seja, como direito do ser humano que dele necessita para a manutenção da vida humana:

O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância. Trata-se de apreender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais, etc. Mas é também um direito, pois é por ele que pode recriar, reproduzir permanentemente sua existência humana. Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma de trabalho alienado sob o capitalismo, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a vida própria (FRIGOTTO, 2001, p. 74).

Mediante o trabalho, “[...] o homem supera sua condição de ser apenas natural e cria uma nova realidade: a sociedade” (SELL, 2001, p. 157). Por isso, a importância do entendimento do trabalho como princípio educativo. É por intermédio do trabalho que o modo de viver e o de pensar em sociedade são produzidos e estabelecidos: “[...] os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais” (MARX, 2009, p. 126), representando “[...] uma condição indispensável da vida social, mas também é o elemento determinante para a formação do ser humano, seja como indivíduo, seja como ser social” (SELL, 2001, p. 158). Assim, o trabalho, compreendido como elemento criador da vida humana, passa a ser adotado na perspectiva neoliberal, como um meio para a obtenção de lucro e para a ampliação do capital. Nesse sentido, os(as) trabalhadores(as) vendem a sua força de trabalho, mas não usufruem das riquezas produzidas, evidenciando características da mais-valia, na medida em que a exploração e o trabalho alienado se tornam essenciais para a manutenção da ordem econômica: “Este tipo de intercâmbio entre o capital e o trabalho é o que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema do salariado, e tem que conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista” (MARX, 2004, p. 20).

Essa problemática acentua-se no caso feminino, pois os lugares atribuídos às mulheres se relacionaram, ao longo da história brasileira, à reprodução, ao privado, ao lar e ao doméstico, enquanto aos homens se atribuíam o papel de provedor da família, o espaço da vida pública e o trabalho produtivo. Características como obediência, docilidade e fragilidade, por exemplo, frequentemente entendidas como femininas, foram se constituindo “[...] através dos tempos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento” (PERROT, 2005, p. 10), legitimadas pela organização

patriarcal das sociedades ocidentais, que acabaram construindo, arbitrariamente, pelas diferenças percebidas entre os sexos, um esquema de dominação que determinou a ordem social estabelecida e os papéis que deveriam ser exercidos pelas mulheres e pelos homens na sociedade.

A obra de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de 1884, salienta que o aparecimento dessa organização social, o patriarcado, se deu com o aparecimento da propriedade privada, resultando na primeira divisão sexual do trabalho. Sobre isso, Engels relata:

A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos [...]. O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1984, p. 70-71).

Haja vista esse entendimento, foram se estabelecendo em torno da imagem da mulher características e comportamentos que se constituíram como essencialmente femininos. Assim, algumas profissões, principalmente aquelas relacionadas ao cuidado, como professora e enfermeira, por exemplo, passaram a ser consideradas as mais adequadas às mulheres, por condizerem com sua condição biológica. Nesse sentido, Kergoat afirma, sobre a divisão sexual do trabalho:

Forma de divisão do trabalho social decorrente de relações sociais de sexos; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.). (KERGOAT, 2009, p. 67).

A hierarquização é um dos princípios da divisão social do trabalho pela qual um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher (KERGOAT, 2009); como consequência dessa divisão, tem-se a “[...] distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativa, do trabalho e de seus produtos. Com a divisão do trabalho as relações sociais, isto é, as relações entre os próprios homens, passam a ser hierarquizadas sócio-econômica e politicamente” (ZANELLA, 1995, p. 158).

O documento *Estatísticas de gênero*, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), demonstra a atualidade dessa problemática, destacando a superioridade feminina em níveis populacionais e de instrução escolar, porém, nas profissões frequentemente escolhidas por elas, como aquelas ligadas à área de educação, humanidades e artes, ainda são registrados os menores salários. Corroborando esse entendimento, o *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher* (REASEAM), organizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2015, apresenta alguns dados que permitem a identificação das desigualdades de gênero. No que se refere ao trabalho principal (formal) e ao trabalho doméstico, o documento evidencia que “[...] tanto as

mulheres rurais quanto as urbanas apresentam, na média, jornadas semanais totais mais longas que as dos homens, atingindo 55,9 horas semanais, respectivamente, contra 51,8 horas dos homens em média” (BRASIL, 2015, p. 20). Ainda sobre isso, Antunes e Alves (2004, p. 338) explicam que, embora tenha acontecido a expansão do trabalho feminino, há “[...] um movimento inverso quando se trata da temática salarial, na qual os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais”.

No ensino profissional, o documento também retrata desigualdades, pois, mesmo sendo o percentual de matrícula e o de conclusão feminina maiores do que os dos homens, as mulheres continuam concentrando suas escolhas “[...] em algumas áreas consideradas tipicamente femininas de acordo com a divisão sexual do trabalho, associadas a tarefas de cuidado e de reprodução, como as áreas de educação e da saúde” (BRASIL, 2015, p. 24-25). Os dados também demonstram, especialmente, a baixa procura pelas áreas militares e de controle e processos industriais (BRASIL, 2015). Faz-se necessário chamar a atenção para as escolhas realizadas pelas mulheres. Apesar de parecerem escolhas profissionais pretensamente livres, são determinadas socialmente: “[...] é e não é ao mesmo tempo reflexo da sociedade, da mesma forma ele é e não é ao mesmo tempo autônomo em relação a ela. Relativamente à questão da escolha, também poderíamos dizer que o indivíduo escolhe e não escolhe (sua profissão ou ocupação) ao mesmo tempo” (BOCK, 1989, p. 16).

As palavras de Bock (2002) conduzem ao entendimento de que as escolhas são multideterminadas socialmente – classe social, origem, gênero – porém, ao agir, ao pensar e ao escolher, a pessoa “[...] atua sobre o mundo, relacionando-se, apropria-se da cultura e adquire a linguagem; apropria-se dos significados e constrói um sentido pessoal para suas vivências” (BOCK, 2002, p. 72). Diante desse entendimento, Bock (2010) ressalta que, ao mesmo tempo em que as escolhas são determinadas socialmente, também representam os sentidos vivenciados pelas pessoas individualmente:

O sentido é irredutivelmente pessoal, único, mas carrega consigo os elementos da vida social, coletiva. É 100% social, mas é também 100% individual. Compreendê-lo permite dar visibilidade aos modos de construção das escolhas individuais. Permite compreender a relação da ideologia, que vigora e domina na sociedade, e as suas formas individuais de ser, como sentido (BOCK, 2010, p. 44).

Os sentidos produzidos pelas mulheres na motivação de suas escolhas profissionais, conforme aponta o documento elaborado pelo IBGE (2014), podem revelar a interferência das ações da sociedade patriarcal e do discurso de liberdade proclamado pelo modelo de economia neoliberal, em que “o sexo do indivíduo faz diferença na relação entre o capital e o trabalho, considerando-se que as mulheres constituem uma

parcela *sui generis* da força de trabalho, vivendo a dupla sujeição ao Homem e ao Capital” (BRUSCHINI, 1994, p. 20).

Nesse contexto, a liberdade de escolha profissional para as mulheres é ainda mais perversa, porque, além da dependência de seu esforço individual exigida pelo modelo de economia neoliberal, “o caráter submisso que há milênios as sociedades vinham moldando nas mulheres facilitava enormemente a elevação do montante de seu trabalho excedente” (SAFFIOTI, 2013, p. 72). Ao educar as mulheres para a submissão, foi possível colocá-las à margem das funções produtivas. Além disso, as mulheres acabam encontrando outras barreiras para a entrada no mundo do trabalho, como a difícil escolha entre família, maternidade e carreira. Ao enfrentarem um mercado competitivo e extremamente masculinizado, deparam com uma jornada dupla, pois o trabalho doméstico não é habitualmente dividido entre homens e mulheres, demonstrando a invisibilidade e a dimensão sexuada do trabalho.

3 Educação e trabalho: um olhar para as mulheres

A exigência do trabalho feminino no Brasil fora do espaço privado do lar é bastante recente, porém Saffioti (2013) ressalta que as mulheres contribuíram em todas as épocas e em todos os lugares para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Ao mencionar essa contribuição feminina, a autora chama a atenção para os trabalhos que, ao longo da história, foram se tornando invisíveis do ponto de vista econômico, como o trabalho escravo realizado pelas mulheres negras e indígenas nos período colonial e imperial, além do trabalho doméstico realizado cotidianamente por muitas mulheres. Este último revela ainda a dualidade de gênero, pois, socialmente, o trabalho doméstico é entendido como essencialmente feminino: “O registro da separação entre a esfera produtiva e a do trabalho doméstico revela, então, as razões da invisibilidade dos ‘afazeres domésticos’ no plano simbólico e cultural, por serem considerados ‘trabalho complementar, acessório e ajuda’, atividades naturais do sexo feminino” (ALVES, 2013, p. 248).

Essa premissa acabou influenciando a educação e, por consequência, a educação feminina. Como “[...] herdeira da experiência europeia, forjada sob a marca da perspectiva cristã” (SEVERINO, 2006, p. 295), exerceu grande influência nos três primeiros séculos da história brasileira. Por isso, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a educação feminina no Brasil permaneceu restrita ao aprendizado dos cuidados com a casa, com o marido e com os filhos (ALMEIDA, 2006). Esta autora ainda destaca que esse é um legado construído durante o período colonial, quando a educação da mulher praticamente inexistia. O descaso com a educação feminina foi influenciado pela ideologia da Igreja, que estabelecia processos hegemônicos a fim de reforçar esses valores então dominantes, com os objetivos de controle e de evangelização. A mulher era entendida como um ser inferior, que necessitava da vigilância constante

dos pais ou maridos e do forte papel moralizador da Igreja, já que a sexualidade feminina era atrelada ao pecado.

A mulher carregava o peso do pecado original e por isso, sobretudo sua sexualidade, devia ser vigiada muito de perto. Repetia-se como algo ideal, nos tempos coloniais, que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada (ARAÚJO, 1997, p. 49).

No período imperial brasileiro, mesmo estando presente na Constituição de 1824 a previsão de “[...] instrução primária gratuita à população brasileira em idade escolar” (SHIGUNOV NETO, 2015, p. 78), essa premissa ocorreu de maneira insuficiente, evidenciando um processo de exclusão das classes menos favorecidas economicamente. Shigunov Neto (2015, p. 79) destaca, acerca desse processo: “A clientela das escolas, primária e secundária, no período imperial se compunha, quase exclusivamente, pelos filhos de membros da camada média e alta da população”. Em relação à educação feminina, Azevedo e Ferreira (2006, p. 233) relatam que “até a instauração da República a grande maioria da população era analfabeta, as mulheres em maior proporção”, e complementam:

Em 1827, a primeira lei imperial sobre ensino determinou a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos, estabelecendo a criação de escolas para meninas, nas quais aprenderiam a ler e a escrever, fazer as quatro operações aritméticas, além de costurar e bordar. A instrução secundária seria oferecida apenas para a população masculina, da qual se esperava que prosseguisse os estudos em nível superior, o que não era racional nem compatível com a posição da mulher, uma vez que não se esperava dela o ingresso no mercado de trabalho (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 233).

Na transição do Império para a República, a Igreja foi perdendo hegemonia, mas a instrução feminina continuava a ser desconsiderada. Além disso, as mulheres eram impedidas de ocuparem alguns espaços sociais e até mesmo de saírem desacompanhadas (ALMEIDA, 2006). Ou seja, o caráter de vigilância permanecia presente; os pais seguiam a educar suas filhas em casa, com professores(as) particulares, e a preparação para o casamento mantinha-se como um objetivo fundamental, pois, conforme apontam Azevedo e Ferreira (2006), no período imperial brasileiro, a diferenciação por sexo foi uma característica da educação.

No início do século XX, após o término da Primeira Guerra Mundial, um novo estilo de vida começou a ser delineado em torno dos novos valores burgueses. Essa mudança teve origem especialmente na aceleração da industrialização e da urbanização das cidades, sobretudo nas maiores em população, por consequência da constituição ainda inicial do capitalismo. As transformações culturais, políticas e econômicas que estavam ocorrendo se estenderam à sociedade, abalando os valores tradicionais familiares, permitindo “[...] a conquista de novas funções e papéis sociais femininos. Moviam-se as fronteiras da vida privada para a esfera pública, rompendo o isolamento

do mundo doméstico no qual as mulheres eram confinadas” (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 218); porém, o trabalho somente “[...] poderia ser lícito se significasse cuidar de alguém, doar-se com nobreza e resignação, e servir com submissão, *qualidades inerentes às mulheres*, premissas com as quais se afinavam profissões ligadas à saúde, como enfermeira ou parteira” (ALMEIDA, 2006, p. 71, grifo do original).

Essa mulher moderna⁴ começou a buscar trabalho, a frequentar lugares até então não permitidos (ALMEIDA, 2006), dando-se início à luta pelos direitos jurídicos e civis, no entanto, ainda em uma posição não equivalente à do homem. Conforme Almeida, apesar de a educação e de o trabalho femininos serem apregoados como uma necessidade para o progresso e para a civilização do país, a estrutura de desigualdade continuava, e, no plano jurídico, as mulheres seguiam dependentes em relação aos homens, já que permaneciam subordinadas à autoridade do pai ou do marido:

A educação, que se pretendia igual para os dois sexos, na realidade diferenciava-se nos seus objetivos, pois, de acordo com o ideário social, o trabalho intelectual não devia fatigar o sexo feminino, nem se constituir num risco a uma constituição frágil e nervosa. O fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos. A mulher educada dentro dessas aspirações masculinas seria uma companhia mais agradável para o homem, que transitava regularmente no espaço urbano, diferentemente da prática do período colonial, com seu recolhimento e distanciamento do espaço de sociabilidade. A mulher-mãe deveria ser pura e assexuada, e nela repousariam os mais caros valores morais e patrióticos (ALMEIDA, 2006, p. 71, grifo do original).

Ainda que a Igreja, nesse período, tivesse perdido seu espaço hegemônico, os valores morais, no que se refere à educação feminina, continuaram vivos na sociedade brasileira, por que o modelo de mulher forjado no último século:

Inspirado nos arquétipos do cristianismo, espalhava a cultura vigente instituindo formas de comportamento em que se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando uma representação simbólica de mulher por meio de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade, na qual o perigo era principalmente representado pela sexualidade. Essa ideologia vai desqualificar a mulher do ponto de vista profissional, político e intelectual (ALMEIDA, 2006, p. 68).

Todavia, não se pode negar que o estabelecimento de uma educação laica, com o advento da República, foi fundamental para o início de uma mudança na educação feminina, passando da prioridade dos princípios morais e de preservação da família para a transmissão de conhecimentos científicos, até então negados pela ideologia católica. Com a Conferência Nacional de Educação, de 1931, e com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932, a educação pública passou a ser entendida como um instrumento para que a sociedade brasileira alcançasse seu objetivo

4 É importante salientar que esse processo ocorreu apenas nas maiores cidades do país (São Paulo e Rio de Janeiro). No campo, a antiga configuração de família e de mulher continuava a se dar da mesma maneira.

de reconstrução social. De acordo com Azevedo e Ferreira (2006, p. 240), “[...] as políticas educacionais ao mesmo tempo em que cogitavam a escolarização universal em nível primário também propunham formas especializadas de escolarização, definidas conforme a classe social e/ou o gênero dos indivíduos”. Para atender aos objetivos da universalização primária da educação demandada pela Escola Nova, teve-se mais incentivo à educação das mulheres. Nessa época, foram criadas as escolas normais, principalmente para a profissionalização das mulheres que desejavam ser professoras.

O magistério foi uma alternativa para a educação feminina, pois era uma profissão aceita socialmente; contudo, observa-se que, em grande medida, esse olhar sobre as mulheres continuava dando-se em relação ao “cuidado” e ao modelamento da infância patriótica. De acordo com Almeida (2006, p. 74), “compunha-se assim um cenário no qual a educação feminina passou a ser importante, devidamente atrelada, em todos os níveis, à destinação natural das mulheres para lecionar e sempre em estreita relação com o universo doméstico”. Ainda sob o contexto da Escola Nova, foi desenvolvido um ramo para a educação profissional que “[...] contemplava escolas profissionais para mulheres, oferecendo cursos que incluíam a capacitação técnica em atividades domésticas, comerciais, artísticas e pedagógicas” (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 240), tornando-se um fato extraordinário para a época:

Ao mesmo tempo em que se difundia uma nova representação da “dona-de-casa” e da “mãe de família” também se promovia a efetiva escolarização e profissionalização de parcela da população feminina em uma escala sem precedentes. Além de “boas futuras mães e esposas”, as escolas de formação profissional também lançavam na esfera pública operárias, peritas ou professoras especializadas em técnicas industriais, comerciais, artísticas e domésticas, fato até então inédito (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 241).

Ao contrário do que ocorria com o ensino primário e com a escola normal, até 1930, houve pouco investimento no ensino secundário – atualmente entendido como ensino médio – por compor-se de um nível de ensino extremamente elitizado na época, afinal, não havia uma rede de escolas secundárias, conforme apontam Azevedo e Ferreira (2006). Servia, dessa forma, como “[...] um instrumento de manutenção do *status* social elevado e de ascensão a este *status*” (NAGLE, 2001, *apud* AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 247).

O golpe de 1937, que instituiu o Estado Novo, inaugurou uma fase política de contestações democráticas e alterou a política educacional, ao consolidar dois tipos de instituição escolar: uma escola para as elites, cujo padrão educativo era alto, e outra para as classes populares, com base no preparo para o trabalho, por meio do ensino profissionalizante, conforme diz Almeida (2006). O Estado tornou-se extremamente elitista e autoritário, pois objetivava, por intermédio do sistema educacional, a dominação dos segmentos populares, utilizando um falso consenso para conquistar a hegemonia. Nesse período, Almeida (1998, p. 203) ressalta que as mulheres “[...]”

já eram maioria no magistério [e] detinham, do ponto de vista social, uma imagem dessexualizada e sacralizada, ao incorporarem a maternidade e o papel de guardiãs da moral, da família e da pátria”. Em 1942, o dualismo no ensino secundário ficou ainda mais evidente, por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário de Gustavo Capanema: “O sistema educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho, que incluía também a distinção por gênero. Desse modo, a cada classe ou grupo social deveria corresponder um tipo específico de escola coerente com as funções sociais atribuídas a cada um deles” (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 248).

Tomando como cenário o fim da Segunda Guerra Mundial, e, de maneira contundente, o golpe civil-militar de 1964, abriu-se, assim, nesse processo a instalação do capitalismo no Brasil, conforme afirma Severino (2006). A ideologia burguesa que dominava o período, aliada ao Regime Civil-Militar na forma de um governo autoritário, empregou uma visão tecnicista da educação, buscando sintonizar o sistema educacional com o modelo de desenvolvimento econômico do país. A classe média passou a considerar o trabalho feminino como uma maneira de alcançar maior bem-estar social, reforçando a profissão de professora como a mais adequada aos interesses sociais, pois era necessário disseminar a ideologia de segurança nacional. A educação voltou-se para a formação profissional, visando à preparação de mão de obra técnica. Por meio do lema “Ordem e Progresso”, o autoritarismo disciplinador formaria cidadãos(ãs) pacíficos(as) e ordeiros(as) para atender às necessidades do sistema econômico. Foi nesse período que ocorreram a Reforma Universitária, em 1968, e a obrigatoriedade de profissionalização nos cursos de segundo grau e no ensino de crianças de 7 a 14 anos, em 1971.

No fim do século XX, após o estabelecimento oficial do fim da Ditadura Civil-Militar no Brasil, os direitos educacionais foram reforçados, com a aprovação da Constituição Federal de 1988. Nos anos seguintes, várias reformas educacionais aconteceram, especialmente para o atendimento das recomendações internacionais em que o Brasil era signatário, caracterizando políticas sociais de caráter neoliberal. Davis, Campos e Esposito (2002) asseguram que essas reformas incidiram

[...] sobre várias dimensões do sistema: legislação, financiamento, organização das redes, currículo, material didático, formas de participação da comunidade, maior autonomia das unidades escolares, treinamento de professores, informatização, introdução de sistemas de avaliação, e assim por diante (DAVIS; CAMPOS; ESPOSITO, 2002, p. 4).

Esse panorama histórico e cultural, alicerçado pelas mudanças econômicas e políticas das últimas décadas, adentrou o século XXI, influenciando o campo educacional, o mundo do trabalho e a vida das mulheres brasileiras. Atualmente, segundo dados do IBGE (2010), a expectativa de vida das mulheres aumentou e houve redução no número de filhos. O documento Estatísticas de gênero (IBGE, 2014, p. 63) destaca: “Do total de famílias únicas e famílias conviventes principais que residiam em

domicílios particulares, em 2010, 37,3% tinham a mulher como responsável pela família”. O documento salienta que se viu a diminuição nas taxas de analfabetismo, com maior taxa apenas nas mulheres com mais de 60 anos, representando, segundo o documento, importante avanço na escolarização feminina. Em razão da expansão do sistema educacional brasileiro, elevou-se a taxa de frequência escolar de meninos e meninas na faixa etária de 6 a 14 anos. Já no ensino médio, pôde ser observada proporção maior de mulheres (54,7%), se comparada com a de homens (45,3%). A superioridade feminina também pôde ser verificada no ensino superior, representando 57,1% dos(as) estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos (IBGE, 2014).

4 A escolha profissional feminina em cursos técnicos de nível médio: Enfermagem, Eletroeletrônica e Mecânica

No último século, é possível observar grandes avanços emancipatórios conquistados pelas mulheres, principalmente aqueles relacionados ao trabalho e à educação. Embora esse avanço se mostre evidente, arriscamos dizer que a sociedade ainda carrega valores projetados pelo sistema de organização patriarcal nos espaços escolares. Esse entendimento é reiterado por Pisano (2004, p. 5), quando afirma: “La feminidad no es un espacio autónomo con posibilidades de igualdad, de autogestión o de independencia, es una construcción simbólica y valórica diseñada por la masculinidad y contenida en ella como parte integrante”. Para verificar a atualidade dessa problemática, foi realizado, por meio de um levantamento de dados no sistema acadêmico⁵ de uma instituição de educação profissional pública, um mapeamento das matrículas realizadas no período de 2011 a 2015, com os objetivos de identificar as escolhas profissionais realizadas por estudantes ingressantes em cursos técnicos de nível médio (Mecânica, Eletroeletrônica e Enfermagem) e de compreender a influência da condição sexista do trabalho, sobretudo nas escolhas profissionais femininas.

A instituição de interesse, alvo deste estudo, iniciou suas atividades no município de Joinville (SC) em 1994, e caracteriza-se como uma escola de educação profissional pública federal. Além dos cursos técnicos de nível médio (Enfermagem, Eletroeletrônica e Mecânica), a escola também oferece cursos superiores em Tecnologia em Gestão Hospitalar e em Mecatrônica Industrial (este último, em extinção) e dois cursos de bacharelado, em Engenharia Mecânica e em Engenharia Elétrica. Para este artigo, foi feito um recorte de pesquisa no qual se verificou, mediante levantamento de dados, o número de ingressantes do sexo feminino e do masculino nos cursos técnicos de nível médio em Mecânica e em Eletroeletrônica (ofertas concomitante⁶ e integrada⁷)

5 Banco de dados informatizado da escola.

6 Curso ofertado ao estudante que tenha concluído o primeiro ano do ensino médio. A matrícula na escola de educação profissional é realizada apenas no curso técnico, com matrícula concomitante no ensino médio em outra instituição.

7 Curso ofertado ao estudante que tenha concluído o ensino fundamental, com matrícula única nessa instituição de educação profissional.

e Enfermagem (oferta subsequente⁸), no período compreendido de 2011 a 2015, para averiguar como se dá o movimento de entrada e escolha profissional de mulheres e homens nos cursos oferecidos pela instituição, conforme podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1 - Ingressantes dos cursos técnicos de nível médio no período de 2011 a 2015 conforme o sexo: feminino e masculino

	2011		2012		2013		2014		2015		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Concomitante em Mecânica	60	2	61	5	61	3	45	5	55	5	302
Concomitante em Eletroeletrônica	66	5	63	8	67	8	61	4	62	7	351
Integrado em Mecânica	47	15	56	16	59	16	54	15	44	24	346
Integrado em Eletroeletrônica	55	13	52	22	49	24	46	23	41	32	357
Subsequente em Enfermagem	7	38	13	36	12	39	16	31	11	37	240
Total	235	73	245	87	248	90	222	78	213	105	1.596

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no sistema acadêmico de uma instituição de educação profissional pública, 2016.

Com base nesses dados, é possível observar que foram realizadas 1.596 matrículas, entre o período de 2011 a 2015, nos cursos técnicos de nível médio, sendo 433 matrículas de estudantes do sexo feminino e 1.163 estudantes do sexo masculino. Ao se considerar somente esses cursos, identifica-se que o público atendido de forma majoritária pela instituição é o masculino, o qual registra 168% a mais de matrículas em relação ao público feminino.

Acerca dos motivos para a superioridade masculina no número de matrículas de homens nos cursos de Mecânica e Eletroeletrônica, bem como para a quantidade reduzida de mulheres nesses cursos, podem-se citar a ideologia masculina imposta pelo modelo de sociedade patriarcal e a ausência histórica das mulheres nas ciências exatas. As pesquisas realizadas nesse campo do conhecimento sugerem que carreiras ligadas à matemática, à física e à engenharia foram se constituindo ao longo da história de maneira majoritária por homens (HIRATA; KERGOAT, 2007; LUZ, 2009; ABREU *et al.*, 2016). Ainda sobre isso, Spanger *et al.* (2009, p. 138) asseguram que uma das possíveis explicações para o número diminuído de mulheres em carreiras científicas e tecnológicas é a “[...] forte influência de estereótipos sexuais na educação e uma sociedade androcêntrica ainda dominante, mesmo diante de todos os avanços conquistados pelas mulheres no último século”.

⁸ Curso ofertado exclusivamente ao estudante que tenha concluído o ensino médio, com matrícula única nessa instituição.

Nesse modelo de organização social, os conceitos de ciência e de tecnologia estão envoltos pelo pensamento racional, experimental e neutro (CASCAES; SOUZA; CARVALHO, 2005). A razão implicada nesse “fazer ciência e tecnologia” não é do ponto de vista do discurso patriarcal, entendida como um atributo feminino, visto que outras características, como a emoção e a sensibilidade, por exemplo, foram proclamadas e atribuídas à “natureza feminina”, servindo como mecanismos de ocultamento das mulheres neste “fazer ciência”. No entanto, como dizer que as mulheres não fazem ou não fizeram ciência se dominam e dominaram outros campos do conhecimento? Não se trata, portanto, do tipo de ciência mais valorizada socialmente? Para responder a essas perguntas, remetemos nosso olhar à reflexão realizada por Rosa:

Sempre houve mulheres que construíram saberes e agiram no seu tempo, construindo uma história. Dessa maneira, posso dizer que a ciência muitas vezes é machista, mas não que ela é masculina e/ou feminina. Se afirmo que ela é masculina, estou negando todas as mulheres que fizeram parte de diversas áreas científicas, seja nas artes, na filosofia, na literatura, na química, na física, na matemática, e em outras áreas. E, se digo que ela é feminina, estou fazendo o mesmo (ROSA, 2012, p. 28).

As palavras de Rosa (2012) também denunciam a invisibilidade feminina na história, reafirmando, ao ressaltar que “a ciência muitas vezes é machista”, a responsabilidade do discurso patriarcal na divisão social do trabalho. Rosa (2012, p. 28) ainda salienta que, mesmo havendo o discurso de “[...] que a ‘Ciência não é masculina’, houve e há um discurso que trabalha para que a ciência seja machista, bem como branca, rica...”, e sobremaneira porque “[...] a história tem sido um espaço de disputas de legitimidade de famílias, instituições, nações, grupos, etnias, classes, gêneros, gerações” (SILVA, 2004, p. 9).

Os dados levantados revelam o reflexo desse panorama histórico nos espaços de educação profissional, nos quais algumas profissões detêm número inexpressivo de matrículas femininas, como Mecânica e Eletroeletrônica, e, em outras, número superior de matrículas femininas, como Enfermagem. É o que também pode ser constatado na Tabela 1. Os dados indicam a preferência feminina pelo curso de Enfermagem, totalizando, nesse curso, 75% das matrículas realizadas. Ao observar todos os cursos técnicos de nível médio oferecidos pela instituição, apenas o referido curso apresentou número superior de matrículas de estudantes do sexo feminino, pois, nos demais, o público atendido majoritariamente é o masculino, totalizando 81% dos estudantes matriculados.

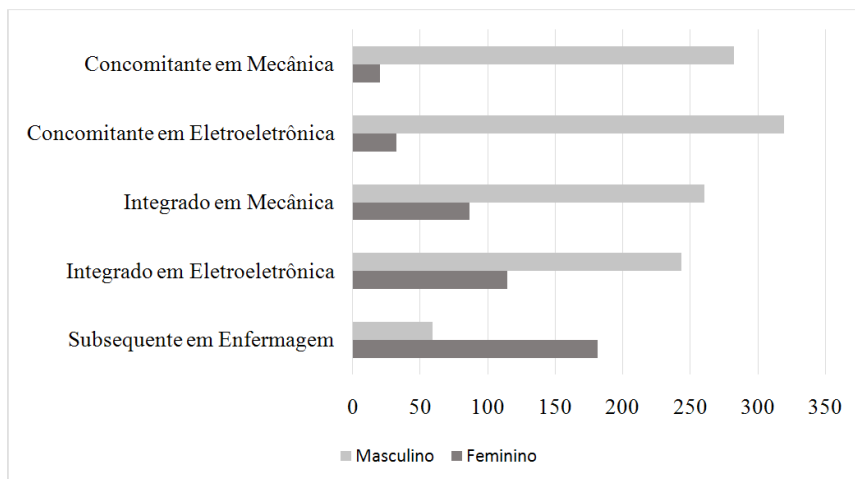
O alto percentual de matrículas realizadas no curso de Enfermagem coincide com as estatísticas apontadas pelo IBGE (2014), que mostram que as profissões frequentemente escolhidas pelas mulheres envolvem a perspectiva de cuidado. Além disso, esse dado corresponde aos estudos sobre divisão sexista do trabalho, evidenciando características de uma profissão socialmente entendida como feminina, reiterada por

meio de diferentes movimentos hegemônicos ao longo da história brasileira. Pisano (2004), estudiosa e militante, auxilia nesse entendimento, ao relatar que a constituição de espaços femininos e masculinos está profundamente arraigada na sociedade e integrada à consciência das mulheres. Corroborando o exposto, Louro (1997) destaca a implicação dos discursos produzidos nas práticas e nas representações sociais de mulheres e homens:

Discursos carregados de sentido sobre os gêneros explicaram (e explicam) como mulheres e homens constituíram (e constituem) suas subjetividades, e é também no interior e em referência a tais discursos que elas e eles constroem suas práticas sociais, assumindo, transformando ou rejeitando as representações que lhe são propostas (LOURO, 1997, p. 478).

Assim, esse ideário social pode estar condicionando às escolhas profissionais feitas pelas mulheres quanto ao curso de Enfermagem, em contraposição aos cursos de Mecânica e de Eletroeletrônica, conforme pode ser observado a seguir, no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Matrículas de mulheres e de homens nos cursos técnicos de nível médio em uma instituição de educação profissional pública - período de 2011 a 2015



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no sistema acadêmico de uma instituição de educação profissional pública, 2016.

Até esse momento, foi possível constatar que a escolha profissional realizada pode estar relacionada à divisão sexual do trabalho, com nítida divisão de atividades desenvolvidas por homens e mulheres, cabendo ao público feminino, na maior parte das vezes, as atividades referentes à esfera de manutenção da vida, associadas aos atributos considerados femininos, como afeto, emoção e paciência (Enfermagem),

enquanto, aos homens, são destinadas atividades de produção de bens e de serviços para a sociedade (Mecânica e Eletroeletrônica). Os dados também demonstram, entretanto, um movimento de rompimento com esse padrão. O Gráfico 1 evidencia um número superior de mulheres matriculadas nos cursos de Mecânica e de Eletroeletrônica oferecidos *na forma integrada ao ensino médio*, apresentando percentual superior (28%), se comparado com o percentual das matrículas feitas nos cursos de oferta concomitante (8%). Sobre esse aspecto, os dados contidos na Tabela 1 indicam evolução crescente no número de matrículas realizadas por mulheres nos cursos de oferta integrada (Mecânica e Eletroeletrônica). No ano de 2015, a quantidade de ingressantes do sexo feminino no curso em Mecânica aumentou 60%, se comparado aos dados de 2011. Em relação ao curso em Eletroeletrônica, o aumento foi ainda superior, registrando crescimento de 146% de matrículas femininas.

Mesmo incorrendo à afirmação de que as escolhas se dão pela singularidade dos sentidos produzidos pelas vivências, arriscamos dizer que o percentual superior de matrículas de mulheres em cursos de Mecânica e de Eletroeletrônica na forma de oferta integrada pode se dar pela possibilidade de cursar o ensino médio. Outro aspecto também reitera essa hipótese, já que nos cursos de oferta concomitante não foi visto aumento semelhante no número de matrículas de mulheres nesse período. Embora tal situação pareça ser um desserviço para o ensino profissional, pode, em nosso entendimento, abrir novas possibilidades às mulheres, permitindo maior envolvimento feminino e novos caminhos perceptivos em cursos entendidos socialmente como masculinos.

Ainda se faz necessário enfatizar que a motivação de cursar o ensino médio aliado ao ensino técnico, possivelmente, tenha se unido aos desejos e às aspirações construídas ao longo da história de vida de cada estudante e, por isso, não é possível determinar apenas um motivo para as escolhas realizadas. Do mesmo modo, embora as características da divisão sexista do trabalho se mostrem de maneira evidente na escolha acentuada de mulheres pelo curso de Enfermagem e pela pequena incidência de matrículas femininas nos cursos de Mecânica e de Eletroeletrônica, outras motivações também constituíram suas escolhas, haja vista esse processo ser multideterminado e carregado de elementos da vida social, conforme dito por Bock (2010).

5 Considerações finais

Neste artigo, tivemos como objetivos identificar as escolhas profissionais realizadas por estudantes ingressantes em cursos técnicos de nível médio (Mecânica, Eletroeletrônica e Enfermagem) e compreender a influência da condição sexista do trabalho, sobretudo nas escolhas profissionais femininas. Para tanto, realizamos o mapeamento das matrículas de uma escola de educação profissional pública, considerando o período de 2011 a 2015. Para sustentar as discussões, baseamo-nos em pesquisas e em estudos desenvolvidos nesse campo do conhecimento, especialmente sobre as temáticas

trabalho, divisão sexista do trabalho e escolhas profissionais. O percurso histórico que trata sobre educação e trabalho feminino também subsidiou as discussões.

Desse modo, por meio das discussões teóricas e dos dados mapeados, foi possível identificar que a escolha pelos cursos técnicos de nível médio nessa escola de educação profissional pode estar associada à divisão sexual do trabalho, influenciada pelo modelo de organização social patriarcal. Essa afirmação surge dos dados encontrados, que sugerem que o público atendido majoritariamente pela instituição (considerando os cursos investigados) é o masculino, registrando o maior número de matrículas nos cursos de Mecânica e de Eletroeletrônica. Todavia, no curso de Enfermagem, o público se altera, e o maior percentual de matrículas é o de mulheres.

Ambos os resultados corroboram características da divisão sexista do trabalho, evidenciando que as profissões ligadas à produção de bens para a sociedade são proclamadas como masculinas, enquanto as que envolvem a perspectiva de cuidado são tidas como femininas. A legitimação dessa divisão, conforme apontado por Luz (2009, p. 153), “[...] se dá pela naturalização das atribuições femininas e masculinas, remetendo a uma espécie de destino de cada um dos gêneros”. Cabe esclarecer, entretanto, como já observado ao longo deste artigo, a inexistência de profissões “naturalmente femininas ou masculinas”. Com essa afirmação, já dita por Rosa (2012), reafirmamos que esse “natural” se disfarça por intermédio de um discurso machista difundido pelo modelo de organização patriarcal ao longo da história. Por isso, entendemos que os resultados observados ratificam o ideário social construído e naturalizado em torno dessas profissões.

Os dados também demonstram que as mulheres procuraram, de maneira mais acentuada, os cursos de oferta integrada, nos quais há a possibilidade de se cursar o curso técnico e o ensino médio na mesma escola. Diante do percurso deste estudo, atrevemo-nos a dizer que os motivos para tal escolha podem decorrer da possibilidade de cursar o ensino médio. Chegamos a essa conclusão porque podemos observar que o padrão de naturalização de atividades masculinas e femininas imposto pela condição sexista do trabalho é nítido nos cursos técnicos oferecidos nas formas concomitante e subsequente, nos quais se oferta somente o curso técnico. No entanto, na modalidade de oferta integrada ao ensino médio, o padrão se altera, e o número de matrículas femininas aumenta significativamente, especialmente se verificados os dados de 2015. Cabe esclarecer que, neste artigo, não ocorrerá o aprofundamento dessa análise, pois a confirmação da afirmação citada anteriormente depende de um processo de escuta dos sujeitos. Todavia, acreditamos que o ensino técnico oferecido na forma integrada permite maior envolvimento feminino e novos caminhos perceptivos em cursos entendidos socialmente como masculinos, possibilitando o rompimento dos estereótipos de gênero comumente conferidos a esses cursos.

Por fim, este estudo revela a necessidade da realização de pesquisas que venham a esclarecer os motivos sobre a escolha profissional por meio da voz dos sujeitos, especialmente porque as escolhas acontecem de maneira multideterminada. Também é necessário salientar que a inserção feminina em cursos técnicos é um grande desafio, pois se faz preciso superar as históricas desigualdades de gênero presentes durante a permanência de estudantes mulheres na instituição, sobretudo em cursos não entendidos socialmente como femininos.

Referências

ABREU, A. R. de P. *et al.* Presença feminina em ciência e tecnologia no Brasil. In: ABREU, A. R. de P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ALMEIDA, J. S. de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

_____. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. (Org.). *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2006.

ALVES, A. E. S. O trabalho e a educação de mulheres em comunidades rurais: práticas de reprodução social. In: BATISTA, E. L.; MULLER, M. T. (Orgs.). *A educação profissional no Brasil: histórias, desafios e perspectivas para o século XXI*. Campinas: Alínea, 2013.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Editora da Unesp, 1997. p. 45-77.

AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 213-254, jul./ago. 2006.

BOCK, S. D. *Escolha profissional: vocação ou sobrevivência?* Transformação, Brasília, ano IV, n. 11, set. 1989.

_____. *Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Orientação profissional para as classes pobres*. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *REASEAM: Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRUSCHINI, C. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, p. 17-32, 1.º sem. 1994.

CASCAES, T. R. F.; SOUZA, T. de; CARVALHO, M. G. de. Gênero, diversidade sexual, ciência e tecnologia: a escola como agente de mudanças. In: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ (Org.). *Cadernos de Gênero e Tecnologia*. Curitiba: Cefet/PR, 2005. p. 28-41.

DAVIS, C.; CAMPOS, M. M.; ESPOSITO, Y. L. Educação Básica. In: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Fapesp). *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo – 2001*. São Paulo: Fapesp, 2002.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater Educação Profissional Emancipadora. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

HARTMANN, H. Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex. In: EISENSTEIN, Z. R. (Org.). *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. Nova York; Londres: Monthly Review Press, 1979.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. *Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2015.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LUZ, N. S. Divisão sexual do trabalho e profissões científicas e tecnológicas no Brasil. In: CASAGRANDE, L. S. (Org.). *Construindo a igualdade de gênero*. Curitiba: UTFPR, 2009.

MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, R. (Org.). *A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OSTERNE, M. do S. F.; SILVEIRA, C. M. H. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. *O público e o privado*, Ceará, n. 19, p. 101-121, jan./jun. 2012.

PERROT, M. *Mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

PISANO, M. El triunfo de la masculinidad. *Fem-e-libros*, Santiago de Chile, 2004. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/199857.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

ROSA, G. R. da. *As relações de gênero na filosofia*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SELL, C. E. *Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx*. Itajaí: Editora da Univali, 2001.

SEVERINO, A. J. Fundamentos ético-políticos da Educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SHIGUNOV NETO, A. *História da educação brasileira: do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais*. São Paulo: Salta, 2015.

SILVA, J. G. da. *Tensões, trabalhos e sociabilidades: histórias de mulheres em Joinville no século XIX*. Joinville: Editora da Univille, 2004.

SPANGER, M. A. F. *et al.* Ciência e tecnologia sob a ótica de gênero. In: LUZ, N. S.; CARVALHO, M. G.; CASAGRANDE, L. S. (Orgs.). *Construindo a igualdade de gênero na diversidade: gênero e sexualidade na escola*. Curitiba: UTFPR, 2009.

ZANELLA, A. V. *A ideologia alemã: resgatando pressupostos epistemológicos da abordagem histórico-cultural*. Porto Alegre: PSICO, 1995.

Recebido em: 15/09/2016

Aprovado em: 02/04/2018